

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.759 - SP (2019/0299400-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : TIAGO LEARDINI BELLUCCI
ADVOGADO : TIAGO LEARDINI BELLUCCI - SP333564
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SAMUEL GOMES DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de SAMUEL GOMES DOS SANTOS na qual se pretende a revisão de decisão monocrática de Integrante do TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2219973-59.2019.8.26.0000, que indeferiu pleito liminar em *writ* impetrado na mencionada Corte.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 121, parágrafo 2º, inciso I, III e IV, do Código Penal (e-STJ fl. 17).

Alega que se estaria diante de flagrante ilegalidade passível de afastar o óbice contido no verbete 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Aduz a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que o paciente se encontra preso há mais de 1 (um) ano e 1 (um) mês, sem previsão para o julgamento perante o Tribunal do Júri, a ponto de restar configurado o excesso de prazo de sua custódia cautelar, ressaltando que a defesa não teria contribuído para a demora na entrega da prestação jurisdicional.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que o paciente seja colocado em liberdade em virtude do apontado excesso de prazo.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça, "*na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, entende que não cabe habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem*" (AgRg no HC 417.895/TO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, tendo em vista que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando fundamentada a negativa do pleito liminar.

Com efeito, o Desembargador Relator consignou que "*A providência desejada é de mérito propriamente, o que só pode ser avaliado no julgamento final desta Ação Especial*", sendo que, "*em sendo o excesso de prazo o argumento principal, há de se saber do Juízo de Origem os motivos de eventual demora, a fim de se avaliar se há ou não constrangimento*" (e-STJ fl. 10).

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, tendo sido declinadas justificativas plausíveis para o indeferimento da cautela almejada, sendo certo que o revolvimento das questões nele aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do

Superior Tribunal de Justiça

julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

